



O turismo arqueológico como potencializador dos Caminhos de Santiago: uma análise aos bens arqueológicos existentes nos Caminhos jacobeus do distrito de Vila Real (Portugal)

Archaeological tourism as an enhancer of the Ways of St James: an analysis of the archaeological heritage on the Jacobean routes in the district of Vila Real (Portugal)

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
pedrodosrc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9077-9406>

Recibido/Received: 07/05/2022

Aceptado/Accepted: 18/06/2022

RESUMO:

Os vários Caminhos de Santiago que atravessam o distrito de Vila Real, nomeadamente o Caminho Português Interior de Santiago (CPIS), o Caminho de Torres, o Caminho das Terras de Basto e a Variante Coração D'Ouro, possuem no seu entorno diversos bens arqueológicos, encontrando-se alguns destes bens integrados nos próprios percursos, tal como pontes, vias, edificações religiosas, entre outros. Perante esta perspetiva, este estudo tem como objetivo principal identificar os bens arqueológicos existentes em torno dos Caminhos de Santiago localizados no distrito de Vila Real, bem como analisar a sua tipologia e a sua importância turística.

Em termos metodológicos, foram delineadas duas fases. Numa primeira fase, procedeu-se à análise documental e à consulta de bases informáticas como o Portal do Arqueólogo e do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) com vista à identificação dos sítios e dos recursos arqueológicos. Numa segunda fase, foram criadas fichas de análise para se proceder à caracterização destes recursos e foi realizada a sua georreferenciação.

Será demonstrado que existem inúmeros bens arqueológicos em torno dos Caminhos de Santiago e que estes se encontram integrados nos próprios percursos.

Palavras-chave: Caminhos de Santiago; turismo arqueológico; turismo; património; distrito de Vila Real.

ABSTRACT:

The various Santiago pilgrimage routes that traverse the district of Vila Real (Portuguese Inner Way, Torres Way, Terras de Basto Way, and Coração D'Ouro Variant) are dotted with innumerable archaeological assets, some of which are integrated into the routes themselves, as in the case of bridges, roads and religious buildings. The aim of this study is to identify the archaeological assets in and around the Ways of St James in the district of Vila Real, and to analyse their typology and touristic value. The methodology for the study

consisted of two phases: firstly, documentary analysis and consultation of computer databases such as the Archaeologist's Portal and the Architectural Heritage Information System (SIPA) to identify the archaeological sites and resources; and, secondly, characterisation and geo-referencing of sites using analysis sheets. The results show a huge concentration of archaeological assets along the different Ways of St James, and that these are properly represented in the tourist information about the Ways.

Keywords: Ways of St James; archaeological tourism; tourism; heritage; district of Vila Real.

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO/ HOW TO CITE THIS ARTICLE

Coelho de Azevedo, Pedro Ricardo (2022). O turismo arqueológico como potencializador dos Caminhos de Santiago: uma análise aos bens arqueológicos existentes nos Caminhos jacobeus do distrito de Vila Real (Portugal). *Rotur, Revista de Ocio y Turismo*, 16(2), 94-111. <https://doi.org/10.17979/rotur.2022.16.2.9087>

I. INTRODUÇÃO

Os Caminhos de Santiago são itinerários percorridos pelos peregrinos desde o século IX em direção a Santiago de Compostela. Em diversas situações, estes percursos foram assentes sob vias de origem romana e medieval. Deste modo, acabam por constituir itinerários seculares que albergam diversos bens de diferentes épocas. O próprio Decreto-Lei nº 51/20191, institucionalizado recentemente, visa “(...) conhecer e delimitar com o maior rigor possível os itinerários de peregrinação no território nacional com o uso consistente e historicamente comprovado”. Sob este prisma, diversos bens arqueológicos existentes nos Caminhos jacobeus têm vindo a ser recuperados e integrados na oferta turística das regiões atravessadas pelos itinerários. Ao mesmo tempo, o crescente interesse ocorrido nos últimos anos em torno do património arqueológico, permitiu que diversos sítios e bens fossem preservados, valorizados e se tornassem acessíveis ao público, tornando alcançável uma grande parte dos recursos arqueológicos nos mercados nacional e internacional em termos turísticos (Tresserras, 2004), integrando o conceito de arqueoturismo ou de turismo arqueológico.

O património arqueológico pode ser caracterizado pela sua amplitude e pela sua diversidade. Os próprios regulamentos da UNESCO integram o turismo arqueológico no conceito de património cultural, “- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”. (UNESCO, 2004, p. 2-3).

No domínio do património arqueológico podem ser integrados diversos elementos como antas, castros, vias, pontes, edifícios, entre outras estruturas, mas também por património de épocas distintas. No distrito de Vila Real existem relevantes vestígios arqueológicos como as Termas Romanas de Chaves; o complexo mineiro de Tresminas, em Vila Pouca de Aguiar e o Santuário de Panóias, em Vila Real, a par de inúmeros vestígios. Recentemente, muitos destes espaços têm vindo a sofrer uma adaptação turística, sendo abertos ao público e em muitos casos, foram criados centros interpretativos.

¹ Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/51-2019-122124252>

As evidências históricas existentes em torno dos Caminhos de Santiago fundamentam a sua antiguidade e a sua importância desempenhada ao longo dos séculos. Portanto, as estruturas arqueológicas permitiram reconstituir com rigor no território o traçado dos Caminhos. Muitos dos itinerários são pré-existentes ao culto jacobeu ocorrido a partir do século IX (Cunha, 1995).

De facto, os vestígios arqueológicos representam um recurso primordial dos Caminhos serem traçados, redescobertos e materializados no território, uma vez que em muitos casos apenas subsistem escassos testemunhos como lendas, tradições orais, topónimos, e alguns documentos cartográficos, que acabam por permitir comprovar a passagem do Caminho em determinados locais (Pereiro e Azevedo, 2021).

O património existente em torno dos Caminhos de Santiago encontra-se amplamente associado ao património arqueológico, onde o número de sítios e centros arqueológicos é extenso, sendo resultado da exploração e campanhas de escavação e de preservação de vários sítios arqueológicos ocorridas nas últimas décadas, conforme o número de trabalhos arqueológicos realizados (Portal do Arqueólogo, 2022). Os próprios Caminhos acabam por constituir um elemento arqueológico, havendo uma crescente preocupação e consciencialização em preservá-los (Encarnação, 2006). Por exemplo, as calçadas romanas e medievais são o exemplo mais significativo. Proliferam outros elementos presentes nos Caminhos como pontes, capelas, albergues, entre outros vestígios. No caso dos itinerários do distrito de Vila Real, subsistem vários elementos, nomeadamente pontes. No caso dos Caminhos existentes no distrito de Vila Real como o Caminho Português Interior de Santiago (CPIS), o Caminho de Torres, o Caminho das Terras de Basto e a Variante Coração D'Ouro, estes possuem diversos vestígios arqueológicos de relevo.

Perante isto, têm vindo a ser estudados essencialmente à luz da Arqueologia da Paisagem, da Arqueologia Rural e da Arqueologia Urbana.

A crescente procura dos Caminhos de Santiago serviu de base à criação de um conjunto de outros percursos turístico-culturais com temáticas essencialmente religiosas (Fernandes et al, 2008: 48) e arqueológicas. É frequente os Caminhos partilharem o seu traçado ou cruzarem-se com outras rotas turísticas.

Em estudos anteriores são abordados diversos aspetos em relação ao património arqueológico, mais concretamente no caso do CPIS (cf. <https://cpis.utad.pt/mapas/>, Pereiro, 2019).

Perante estas perspetivas, o objetivo prende-se em identificar e analisar a relação existente entre os Caminhos de Santiago e o património arqueológico a partir do ponto turístico; uma vez que se verifica a existência de bens patrimoniais arqueológicos ligados aos Caminhos e que por sua vez, podem constituir recursos turísticos complementares para os turíperegrinos (Pereiro, 2017; Marinho et al, 2022) que percorrem os Caminhos.

Na primeira parte será realizada uma explicitação do conceito de turismo arqueológico, na segunda parte será realizada uma contextualização dos Caminhos de Santiago no distrito de Vila Real, enquanto na terceira parte será exposta a metodologia aplicada. De seguida, na quarta parte serão analisados os resultados obtidos e por último, na quinta parte são identificadas as principais conclusões.

II. MARCO TEÓRICO: Turismo arqueológico ou Arqueoturismo

Desde o surgimento do turismo como indústria e setor dinâmico, sempre existiu a necessidade de recorrer aos monumentos e aos bens históricos para se desenvolver (Richards, 2001). Perante isto, os bens arqueológicos estão na base da expansão do turismo, onde esta indústria tem vindo a “apropriar-se” destes espaços, criando uma relação de simbiose. A denominada apropriação pode ocorrer em duas situações distintas: em primeiro lugar, pode ocorrer com a adaptação dos bens arqueológicos com características turísticas e, em segundo lugar, pode ocorrer com a integração destes na oferta turística através da musealização, mas também a sua inclusão em rotas turístico-culturais, nomeadamente em itinerários com a temática arqueológica. Em suma, esta apropriação turística segue sempre uma linha que incide na preservação e na manutenção dos elementos arqueológicos.

O desenvolvimento do turismo arqueológico como indústria do turismo cultural ocorreu ao longo do século XIX e início do século XX. Fruto do crescente fluxo turístico a nível mundial, em vários países ocorre uma apropriação de espaços arqueológicos para a exploração turística (Garcia, 2017).

O arqueoturismo, igualmente denominado por turismo arqueológico, obedece a um produto de mercado recente e que integra o Turismo Cultural e amplamente vinculado à Arqueologia (Menéndez et al, 2015). Atualmente regista uma acentuada dinâmica. No contexto internacional, destacam-se as ruínas de Pompeia, mas também os vestígios romanos da própria cidade de Roma. Relativamente a Portugal, predominam inúmeros sítios arqueológicos, evidenciados por Conimbriga, as ruínas de Braga, entre outras. Em ambos os casos, representam importantes polos turísticos tendo em conta o número de sítios visitáveis existentes, que supera os 200 sítios (Portal do Arqueólogo, 2022).

De forma geral, o arqueoturismo compreende uma das muitas tipologias de turismo que podem ser praticadas, quer de forma complementar ou não, com outras tipologias turísticas (López e Moreno, 2018).

A aposta no turismo arqueológica tem assentado em três pilares fundamentais, ou seja, no desenvolvimento económico-territorial, na conservação e valorização do património e por último, na valorização turística, conforme a literatura científica veicula (tabela 1).

Tabela 1. Perspetivas teóricas do arqueoturismo

Desenvolvimento territorial/económica	Giraud e Porter, 2010;
Conservação e valorização patrimonial	Srivastava, 2015;
Valorização turística	McGettigan e Rozenkiewicz, 2013; Babalola e Ajekigbe, 2007.

Fonte: elaboração própria com base na literatura consultada

A característica mais notória do património arqueológico assenta na sua ampla variedade, como a título de exemplo, os povoados fortificados e os castros, as vias, a arte rupestre, necrópoles, entre outros.

O turismo arqueológico permite promover a riqueza cultural e histórica de uma determinada região (Thomas e Langlitz, 2019). Vários países a nível mundial valorizam o património

arqueológico como um recurso turístico e que por sua vez, apresenta uma elevada capacidade de gerar receitas económicas. Neste sentido, Funari (2003) salienta que este aproveitamento turístico não deve estar somente vinculado à valorização económica dos recursos arqueológicos, devendo ser este processo igualmente acompanhado por políticas culturais, que permitam não só valorizar os bens arqueológicos, mas ao mesmo tempo envolver as comunidades locais.

No entanto, a revisão da literatura mostra uma relação próxima entre a indústria do turismo e a arqueologia (Walker e Carr, 2013). Esta ligação é explicada pelo facto de o setor do turismo contribuir para a criação de rendimentos, com o objetivo de financiar a preservação, obras de restauro, investigação e divulgação em torno do património arqueológico (Moreno Melgarejo e Sariago López, 2017).

O turismo arqueológico ou "arqueoturismo" está centrado em lugares, objetos e atividades de valor arqueológico (Giraud e Mortensen, 2016). O património arqueológico encontra-se predominantemente localizado em zonas rurais (Fernandez Ortea, 2017: 88). O mesmo autor refere que o esgotamento do modelo de turismo sol e praia é solucionado através da combinação com outros modelos turísticos complementares, tais como o turismo arqueológico, de natureza e cultural, entre outros modelos.

Este tipo de turismo é a forma primordial de conservação e de desenvolvimento de sítios arqueológicos e históricos (Srivastava, 2015). Portanto, torna-se necessário equilibrar a acessibilidade turística com a conservação dos bens arqueológicos (Walker, 2005). A melhor forma de preservação prende-se com a adoção de procedimentos arqueológicos corretos para proteger os vestígios passados (Timothy e Tahan, 2020).

Permite igualmente o desenvolvimento das comunidades locais (Radziwiłko et al, 2020), conferindo inúmeras vantagens tais como o desenvolvimento económico, restauro do património local e consequentemente permite o reforço da identidade local.

A gestão deste património é cada vez mais concebida em sítios arqueológicos, com vista a aumentar a sensibilização do público, atrair visitantes e gerar receitas (Ababneh, 2021: 2262). Tresseras (2005) refere que Espanha tem vindo a apostar na criação de vários tipos de produtos turístico-arqueológicos de forma a aproximar a arqueologia dos visitantes e a Arqueologia como principal atrativo. Iniciativas idênticas têm vindo a ser desencadeadas por países como Portugal e França (Ross et al, 2017).

Numa perspetiva contrária, o turismo acaba por ser um fator prejudicial e com impactos negativos para os recursos patrimoniais (Budowski, 1976; Herrera, 2015). Outro aspeto negativo relaciona-se com a existência de um elevado número de bens arqueológicos identificados que não são protegidos e não possuem nenhum tipo de classificação.

Apesar da vulnerabilidade do património arqueológico no que concerne à sua preservação e manutenção, apresenta-se como um património que possui uma elevada capacidade de atrair turistas e ser um elemento identitário das comunidades e das regiões.

III. CAMINHOS DE SANTIAGO NO DISTRITO DE VILA REAL

Com o eclodir de peregrinação jacobea e com as respetivas medidas de valorização e regulamentação, conforme com o Decreto 51/2019 citado anteriormente, diversas vias jacobea foram instituídas no território transmontano (Fernandes, 2018), uma vez que alguns itinerários já se encontravam estabelecidos no território desde o período romano e medieval, conforme dão conta autores como Baquero Moreno, (1986) e Cunha (2011; 2014), constituindo vias fundamentais para alcançar Santiago de Compostela, na Galiza. Durante o período romano e ao longo da Idade Média, localidades como Viseu, Lamego e Chaves, constituíram importantes nós do sistema viário, onde se cruzavam várias estradas.

Por exemplo, a ponte de Trajano em Chaves (figura 1), uma obra edificada no período romano e amplamente utilizada na época medieval, alberga a passagem do Caminho Português Interior de Santiago (CPIS).

Figura 1. Ponte de Trajano em Chaves



Fonte: do próprio autor

O CPIS possui uma extensão total de 214 quilómetros de Viseu até Chaves. Tem passagem pelos municípios de Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real e Vila Pouca de Aguiar. A partir da fronteira, em Vilarelho da Raia (Chaves), possui uma extensão de 182 quilómetros até Santiago de Compostela, utilizando a Via da Prata ou o denominado Caminho Moçárabe. Além do mais, é um itinerário de origem medieval (cf. Almeida, 1973, 1978; Cunha, 2005). O CPIS apresenta uma particularidade em relação a outros Caminhos de Santiago, que consiste em ser uma via em sentido duplo, ou seja, permitindo aos peregrinos caminhar a Santiago de Compostela, para Norte, e para Fátima, em sentido inverso para Sul. Recentemente, assistiu a uma profunda revitalização, desencadeada essencialmente pela Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.

Outro Caminho principal é o Caminho de Torres, cuja designação remete para o mais célebre peregrino, o escritor Diego de Torres Villarroel. Consiste num itinerário jacobeu que percorre antigas estradas medievais ao longo de 600 quilómetros. Tem início em Salamanca e atravessa o interior de Portugal, com passagem em Lamego, Amarante e Braga.

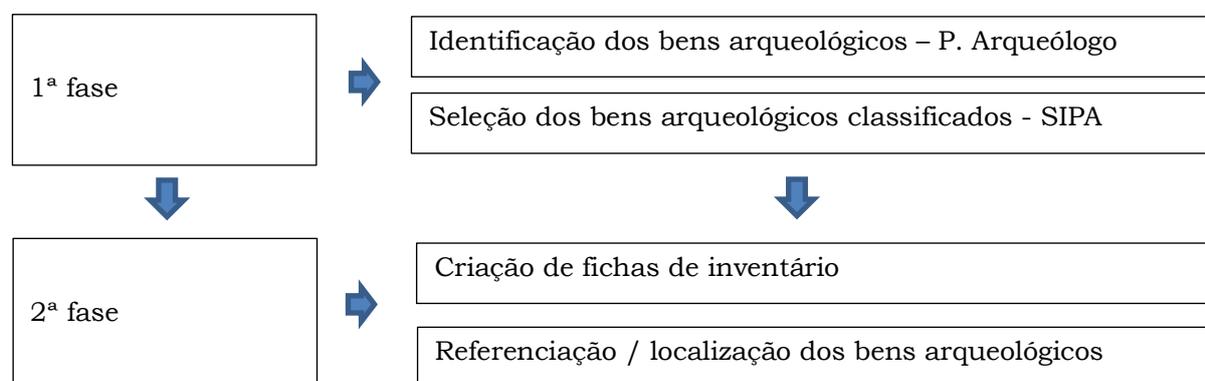
Relativamente ao Caminho das Terras de Basto, entre Vila Real e Mondim de Basto, e à Variante Coração D'Ouro, entre Alijó e Vila Pouca de Aguiar, apesar de possuírem origens nos períodos medieval e moderno, são percursos que foram revitalizados mais recentemente (Azevedo, 2021). Obedecem a percursos secundários dos itinerários principais.

Em suma, são itinerários de peregrinação contemporâneos e que possuem estruturas turísticas, como albergues, sinalização, e são articulados com outros percursos e com vários pontos turísticos.

IV. METODOLOGIA

Considerando a necessidade de identificar a totalidades dos bens arqueológicos existentes nos concelhos abrangidos pelos Caminhos de Santiago localizados no distrito de Vila Real, foi necessário adotar uma metodologia própria e ao mesmo tempo foram delineadas duas fases metodológicas, ilustradas na figura 2.

Figura 2. Etapas metodológicas



Fonte: elaboração própria

V. RESULTADOS

A primeira etapa, consistiu na identificação dos sítios e bens arqueológicos na base do Portal do Arqueólogo (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>). Posteriormente, devido à elevada quantidade e à dispersão de recursos arqueológicos, foi necessário haver uma filtragem e estabelecer novos critérios. Portanto, foram apenas selecionados e considerados os bens arqueológicos classificados disponibilizados na base SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) (http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8).

A segunda fase assentou na realização de fichas de inventário para integrar a informação recolhida relativa a cada bem arqueológico classificado, como por exemplo, a tipologia de recurso arqueológico, a localização, época de construção, o tipo de proteção existente, a possível integração dos bens no Caminho, se são visitáveis, entre outros aspetos considerados pertinentes. Por último, foi realizada a referenciação e a localização dos bens arqueológicos classificados.

Ao mesmo tempo, foi realizado trabalho de campo no terreno, sendo transversal às duas fases.

Foram identificados um total de 384 bens arqueológicos nos concelhos abrangidos pelos Caminhos de Santiago existentes no distrito de Vila Real, conforme é demonstrado na tabela 2.

Tabela 2. N° total de bens arqueológicos

	N° total de bens arqueológicos
Chaves	129
Vila Pouca de Aguiar	104
Vila Real	16
Santa Marta de Penaguião	4
Peso da Régua	2
Mesão Frio	10
Alijó	62
Murça	1
Mondim de Basto	56
TOTAL	384

Fonte: elaboração própria

De forma a realizar uma seleção dos bens arqueológicos, cujo critério prende-se com os bens classificados ou protegidos, de acordo com a classificação jurídica do património cultural português assente na Lei n.º 107/20012, foram identificados um total de 58 bens patrimoniais³ (tabela 3), cujo valor vai servir de base para a persecução do estudo.

Tabela 3. N° total de bens arqueológicos classificados

	N° total de bens arqueológicos classificados
Chaves	24
Vila Pouca de Aguiar	10
Vila Real	5
Santa Marta de Penaguião	1
Peso da Régua	0
Mesão Frio	2
Alijó	5
Murça	0
Mondim de Basto	11
TOTAL	58

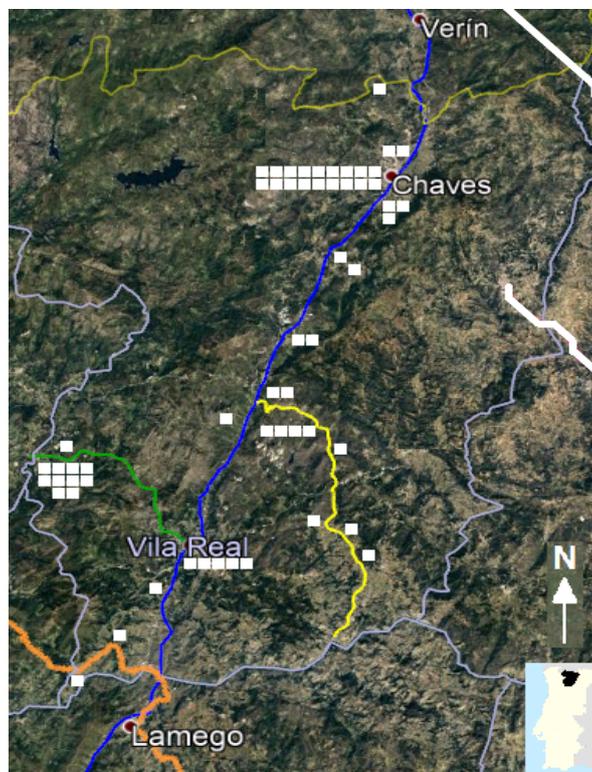
Fonte: elaboração própria

² A classificação do património cultural em Portugal estrutura-se da seguinte forma: (a) Bens de Interesse Nacional; b) Bens de Interesse Público; c) Bens de Interesse Municipal (cf. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>).

³ A distribuição da classificação é a seguinte: 23 bens não possuem proteção, 8 são Imóveis de Interesse Público (IIP), 7 são Monumentos Nacionais (MN), 4 são Monumentos de Interesse Público (MIP), 1 é de Interesse Municipal (IM), 1 é um Sítio de Interesse Público (SIP) e 14 possuem outras tipologias de classificação, tais como em vias de classificação, áreas de influência e várias classificações.

A ilustração 3 demonstra a localização dos 58 bens arqueológicos classificados distribuídos em torno dos Caminhos de Santiago.

Figura 3. Bens arqueológicos classificados em torno dos Caminhos de Santiago



Legenda:

- Outros Caminhos
- CPIS
- Variante Coração D'Ouro
- Caminho de Torres
- Caminho das Terras de Basto

Fonte: elaboração própria com base no Google Earth

Em ambos os casos, Chaves é o concelho que maior número de bens arqueológicos possui, incluindo protegidos.

Ao mesmo tempo, foi possível identificar o período cronológico para cada um destes bens, conforme é demonstrado nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4. Períodos cronológicos dos bens arqueológicos

	Paleolítico	Neolítico	Calcolítico	Neocalcolítico	Idade do Bronze	Idade do Ferro	Romano	Idade Média	Idade Moderna	Período Contemporâneo	Indeterminado	TOTAL
Chaves	3	0	0	0	5	4	70	18	9	8	12	129

Vila Pouca de Aguiar	0	0	1	26	5	5	18	15	4	2	28	104
Vila Real	0	0	0	1	1	1	4	4	2	2	1	16
Santa Marta de Penaguião	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1	4
Peso da Régua	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Mesão Frio	0	0	0	0	0	3	4	1	1	0	1	10
Alijó	1	5	0	11	0	8	16	7	1	1	12	62
Murça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Mondim de Basto	0	0	0	4	3	6	7	6	4	0	26	56
TOTAL	4	5	1	42	14	29	122	51	21	13	82	384

Fonte: elaboração própria

Tabela 5. Períodos cronológicos dos bens arqueológicos classificados

	Paleolítico	Neolítico	Calcolítico	Neocalcolítico	Idade do Bronze	Idade do Ferro	Romano	Idade Média	Idade Moderna	Período Contemporâneo	Indeterminado
Chaves	0	0	0	0	1	3	18	5	4	3	2
Vila Pouca de Aguiar	0	0	1	0	1	1	3	2	0	0	2
Vila Real	0	0	0	0	1	1	0	3	1	1	0
Santa Marta de Penaguião	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Peso da Régua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mesão Frio	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0
Alijó	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0
Murça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mondim de Basto	0	0	0	0	2	1	1	0	4	0	5
TOTAL	0	0	1	0	5	10	28	12	9	4	9

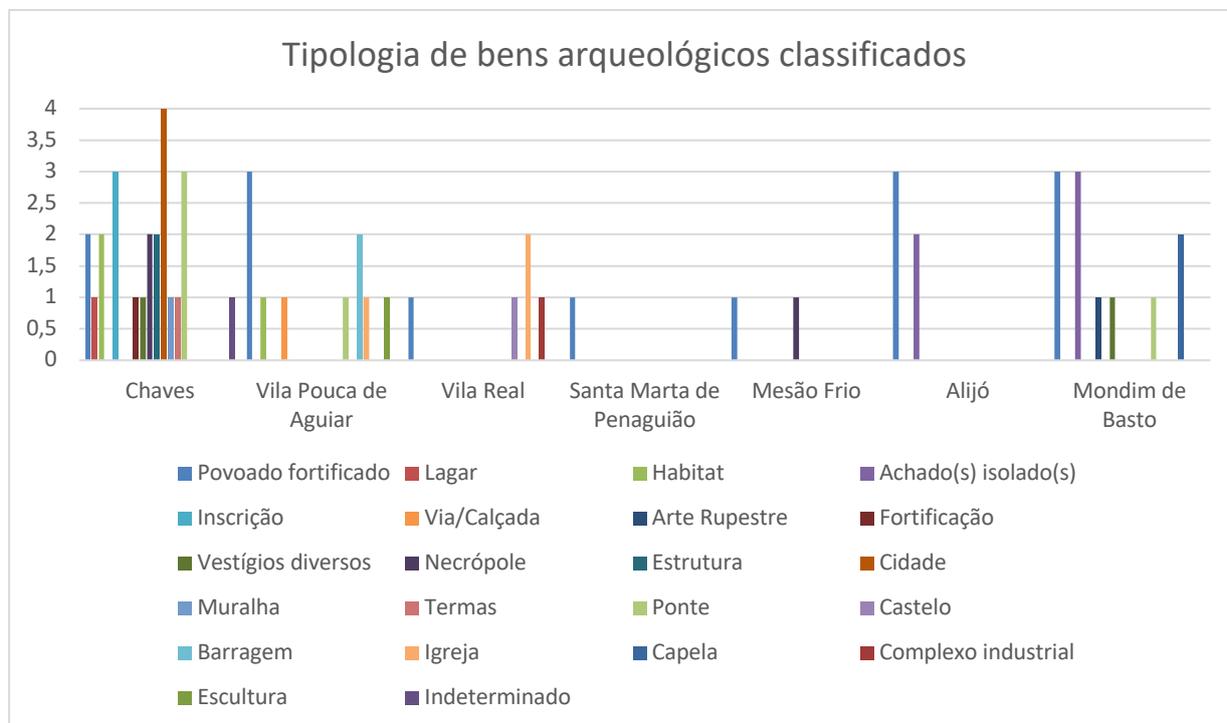
Fonte: elaboração própria

Em termos de bens arqueológicos classificados, importa salientar que alguns elementos arqueológicos podem integrar vários períodos cronológicos. Chaves sobressai novamente por ser o concelho que possui um maior número de bens do período romano (18 bens) e da Idade Média (5 bens). Alude-se ao facto de existirem alguns bens cujo período cronológico é indeterminado, representado 48,3% do total.

Salienta-se o facto de predominarem os bens do período romano, com 28 elementos, e da Idade do Ferro, com 10 bens.

A figura 4 demonstra os bens arqueológicos classificados de acordo com a sua tipologia.

Figura 4. Tipologia de bens arqueológicos classificados



Fonte: elaboração própria

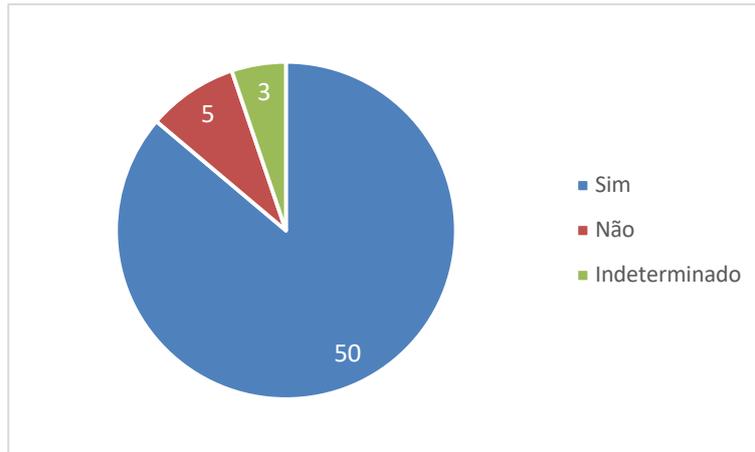
Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto constituem os municípios que apresentam a maior quantidade de bens arqueológicos de diferentes diacronias temporais, com 12, 9 e 6 categorias respetivamente. Contudo, de forma geral, predominam os povoados fortificados, registando-se 12, as pontes com 5, os achados isolados com 5 e as pontes com 5. Subsistem outras tipologias como igrejas, necrópoles, igrejas entre outros.

Peso da Régua e Murça não são referidas no gráfico anterior por não ter sido identificado património arqueológico classificado.

De seguida, passamos a analisar alguns indicadores e aspetos assentes numa componente de exploração turística.

A grande maioria dos bens arqueológicos, mais concretamente 50 estruturas, são acessíveis ao público (figura 5), sendo muitos destes de livre acesso. Somente 5 bens não são visitáveis, como os Paços de Concelho em Chaves e outros edifícios privados.

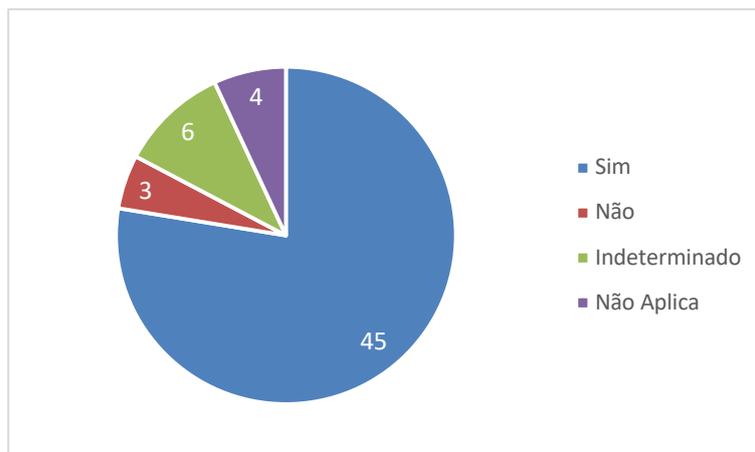
Figura 5. Bens arqueológicos visitáveis



Fonte: elaboração própria

Relativamente à acessibilidade a estes bens (figura 6), no que concerne ao pagamento para visitá-los, 45 são de acesso livre e gratuitos, visto que grande parte dos bens se encontram ao ar livre e podem ser visitados. Apenas 3 elementos são pagos e os 10 restantes não se determinou a sua acessibilidade, uma vez que se encontram inacessíveis.

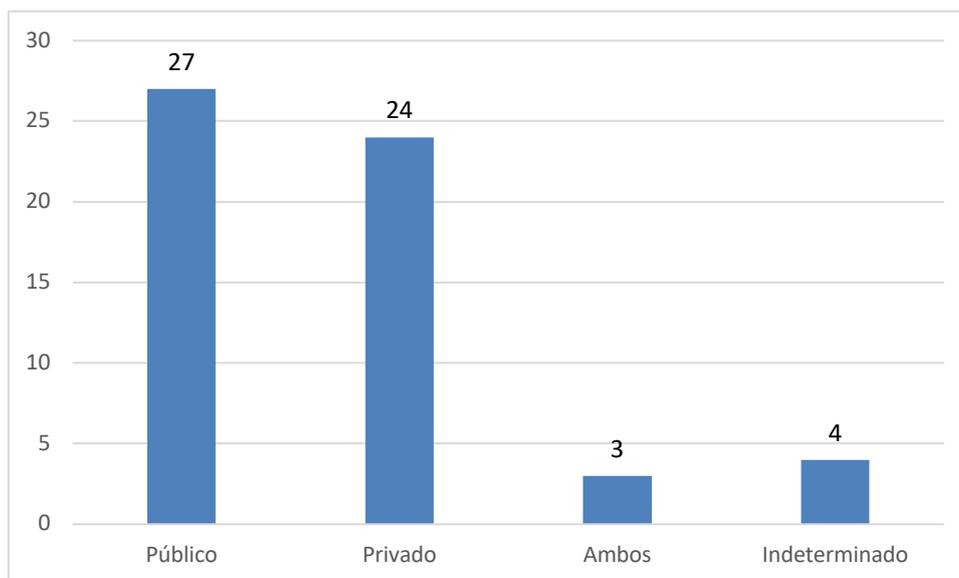
Figura 6. Acessibilidade dos bens arqueológicos



Fonte: elaboração própria

Relativamente à propriedade dos bens arqueológicos, explicitado na figura 7, 27 são propriedade pública, ou seja, pertencentes ao Estado ou às autarquias, enquanto 24 encontram-se na posse de privados.

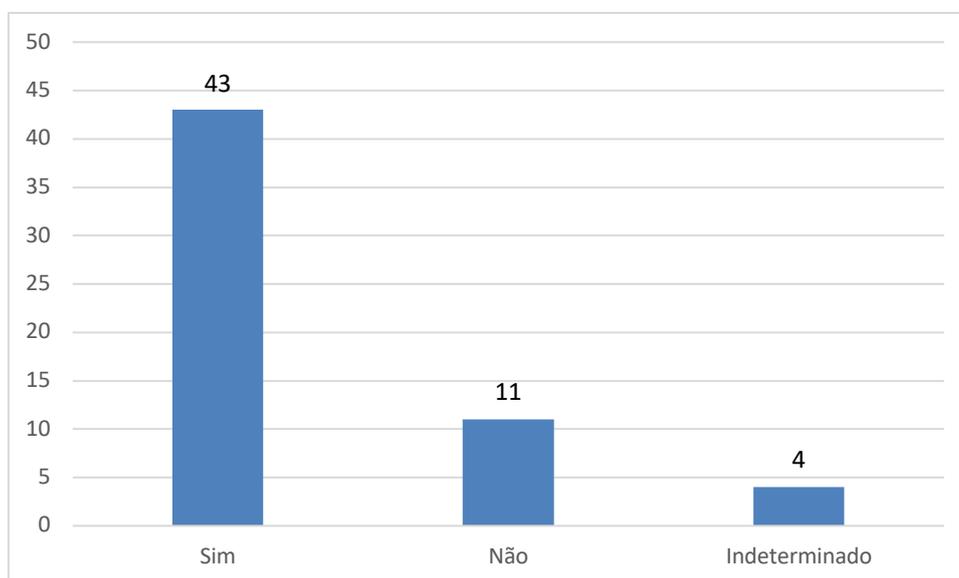
Figura 7. Tipo de propriedade dos bens arqueológicos



Fonte: elaboração própria

No que concerne à adaptação turística (figura 8), 43 encontram-se adaptados em termos turísticos, sendo passíveis de receberem visitas do público em geral, pois alguns bens encontram-se localizados em espaços exteriores e em alguns casos possuem uma estruturas adaptadas em termos arqueológicos como espaços musealizados, como as Termas romanas de Chaves.

Figura 8. Adaptação turística dos bens arqueológicos

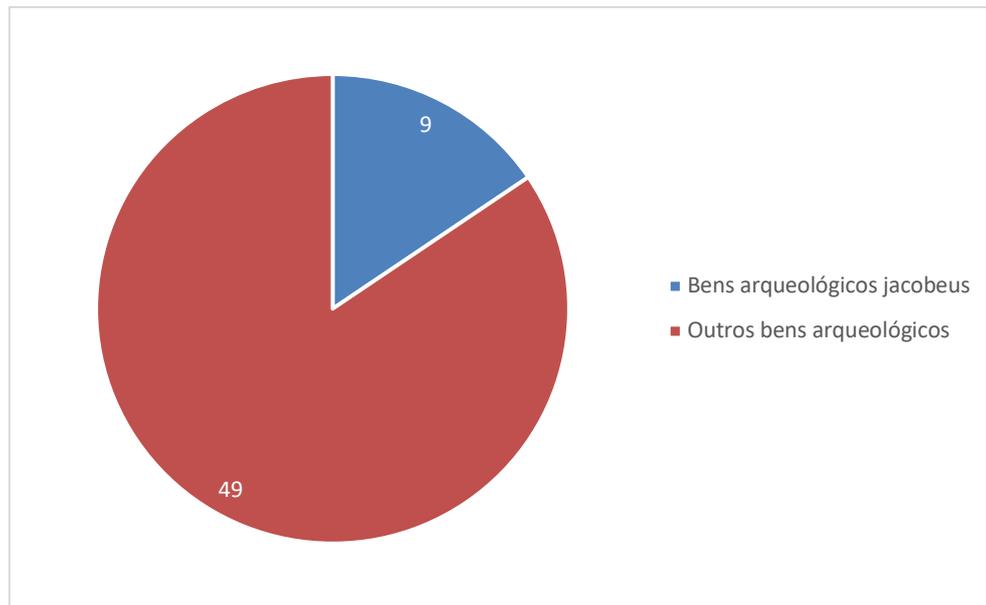


Fonte: elaboração própria

Em sentido contrário, 11 não possuem uma adaptação turística e não foi possível determinar para 4 bens.

Outro aspeto que importa ressaltar prende-se com a existência de bens arqueológicos diretamente ligados com o património jacobeu (figura 9).

Figura 9. Bens arqueológicos jacobeus



Fonte: elaboração própria

A percentagem de bens jacobeus sobre o total de bens arqueológicos representa 15,5%. De seguida são detalhados os bens arqueológicos jacobeus: Chaves possui 4 elementos como a Igreja da Nossa Senhora da Azinheira, a Ponte de Trajano, as Crastas de Santiago e a ponte sobre o rio Oura; em Vila Pouca de Aguiar existe a ponte de Cidadelhe; a Capela de S. Brás em Vila Real possui elementos jacobeus; e em Mondim de Basto encontram-se o Alto da Senhora da Graça (e o respetivo santuário) e a Capela do Senhor. Apesar da totalidade destes 9 elementos encontrarem-se valorizados em termos turísticos, importa salientar que apenas 4 destes bens encontram-se integrados nos Caminhos, enquanto os restantes 5 encontram-se fora da área de passagem dos Caminhos. Apesar de existirem outro património arqueológico diretamente ligado ao culto de S. Tiago, como a albergaria medieval de Parada de Aguiar, não foram selecionados por não possuírem uma classificação.

VI. CONCLUSÕES

Os Caminhos de Santiago localizados no distrito de Vila Real possuem inúmeros bens arqueológicos. A existência de um total de 384 elementos arqueológicos e de 58 bens classificados, permite constatar a presença de bens de diferentes tipologias e de distintos períodos cronológicos.

O facto de predominarem 50 bens acessíveis ao público, 45 serem gratuitos e 43 encontrarem-se adaptados em termos turísticos, fundamenta o desenvolvimento do turismo arqueológico em torno dos Caminhos bem como aponta para potencialidades de exploração nesse sentido.

É notório que o CPIS é o Caminho de Santiago que mais bens arqueológicos possui, seguindo-se o Caminho das Terras de Basto, cujo indicador interliga-se com o facto de serem percursos de origem medieval.

Acima de tudo, a inventariação dos recursos arqueológicos permite reconstruir os troços de origem romana e medieval que compõem os Caminhos de Santiago e identificar outros elementos identificativos como pontes, vias, património religioso, albergarias e fundamentalmente, património arqueológico diretamente ligado ao culto jacobeu, onde foram identificados 9 elementos arqueológicos.

Em suma, os diversos elementos arqueológicos permitem reforçar a importância do património histórico existente em torno dos caminhos a Santiago, representando um testemunho primordial na antiguidade destes percursos. Além do mais, permitem diversificar a componente turística dos Caminhos e constituírem um possível aproveitamento como recurso turístico e de forma complementar. Portanto, acabam por consolidar a experiência vivida pelos turíperegrinos no âmbito do turismo arqueológico.

Autoria do estudo

Conceptualização (P.R.C.A.), Metodologia (P.R.C.A.); aquisição de dados (P.R.C.A.); análise e interpretação (P.R.C.A.); redação, revisão e edição (P.R.C.A.). O autor está de acordo com a versão publicada do texto.

Agradecimentos

Este trabalho é realizado no âmbito da Bolsa de Investigação SFRH/BD/136459/2018 atribuída pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) é financiado por fundos nacionais através da FCT, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020.



VII. BIBLIOGRAFIA

Ababneh, Abdelkader (2021). Archaeological Sites' Management, Interpretation, and Tourism Development—A Success Story and Future Challenges: The Case of Bibracte, France. *Heritage*, 4 (3), 2261-2277.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1968). *Vias Medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Edição do Autor.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1973). Os caminhos e a assistência no norte de Portugal. A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: *Actas das 1.ªs Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*. Tomo I (pp.39-58). Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos.

Azevedo, Pedro (2021). The Ways of Saint James in Trás-Os-Montes and Alto Douro as an Example of Soft Tourism in Rural Areas. *European Countryside*, 13 (2), 314-329.

Babalola, Abidemi Babatunde e Ajekigbe, Philip Gbadegesin (2007). Poverty alleviation in Nigeria: Need for the development of archaeo-tourism. *Anatolia*, 18 (2), 223-242.

Ballesteros-Arias, Paula (2010). La Arqueología Rural y la construcción de un paisaje agraria medieval: El caso de Galicia. Em Helena Kirchner (ed.), *Por una arqueología agraria*.

Perspectivas de investigación sobre espacios de cultivo en las sociedades medievales hispánicas, 2062 (pp. 185-202). Oxford: Archaeopress.

Budowski, Gerardo (1976). Tourism and environmental conservation: Conflict, coexistence, or symbiosis? *Environmental Conservation*, 3 (1), 27-31.

Cunha, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (1995). A Compostela, por caminhos e caminhos... In J. Cabral Ferreira e M. T. Mergulhão (Coords.), *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela. Itinerários portugueses* (Identificação dos caminhos e coordenação da investigação (pp. 327-338). Santiago de Compostela/Porto: Xunta de Galicia/Centro Regional de Artes Tradicionais

Cunha, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (2005). O Caminho português: património e etnografia. In X. Pardellas (dir.), *Turismo religioso: o Camiño de Santiago* (pp. 49-84). Vigo: Universidade de Vigo.

Cunha, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (2011). A devoção e a peregrinação jacobeeas em Portugal. *Ad Limina*, II, 85-114.

Cunha, Arlindo de Magalhães Ribeiro da (2014). A devoção e a peregrinação jacobeeas em Portugal (II). *Ad Limina*, IV, 117-152.

CPIS (2022). Disponível em: <https://cpis.utad.pt/mapas/>

Decreto-Lei n° 51/2019. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/51-2019-122124252>

Encarnação, José D' (2006). Caminhos antigos, percursos modernos. In *Actas das I Jornadas: As Vias do Algarve da Época Romana à Atualidade* (pp. 54-61). São Brás de Alportel.

Fernandes, Paulo Almeida (2018). *Guia dos Caminhos de Santiago*. Porto: Porto Editora.

Fernandes, Carlos, Richards, Greg e Rebelo, Marco (2008). O turismo religioso no norte de Portugal: avaliação do seu potencial de desenvolvimento. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (9), 45-62. <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i9.13685>

Funari, Pedro Paulo (2003). *Arqueologia*. São Paulo: Contexto.

Garcia, Pablo (2017). Ruins in the landscape: Tourism and the archaeological heritage of Chinchero. *Journal of Material Culture*, 22 (3), 317-333.~ <https://doi.org/10.1177/1359183517702932>

Giraud, Rachel e Mortensen Lena (2016). Archaeology, tourism. In: Jafari J., Xiao H. (eds). *Encyclopedia of Tourism* (pp. 45-47). Springer: Cham.

Giraud, Rachel. F. e Porter, Benjamin W. (2010). Archaeotourism and the crux of development. *Anthropology News*, 51 (8), 7-8. <https://doi.org/10.1111/j.1556-3502.2010.51807.x>

Herrera, Alexander (2015). Archaeology and development: ethics of a fateful relationship. In Alejandro Haber e Nick Shepherd (Eds.) *After Ethics* (pp. 39-53). Springer: Nova Iorque.

Marinho, Raphael, Azevedo, Pedro e Pereiro, Xerardo (2022). Promoting the Development of Local Communities Through “Touripilgrimage”: The Portuguese Inner Way of Santiago de Compostela. In C. Ribeiro de Almeida, J. C. Martins, A. R. Gonçalves, S. Quinteiro e M. L. Gasparin (Coords.) *Handbook of Research on Cultural Tourism and Sustainability* (pp. 303-322). IGI Global.

McGettigan, Frances e Rozenkiewicz, Agnieszka (2013). Case Study 2: Archaeotourism—The Past is Our Future? In Razaq Raj, Kevin Griffin e Nigel Morpeth (Eds.) *Cultural Tourism* (pp. 118-128). CABI.

Melgarejo, Alberto e López, Ignacio Sariago (2017). Relationship between Tourism and Archaeology: archaeological tourism, an independent tourism typology. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 15 (1), 163-180. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2017.15.010>

Menéndez, Leticia; Guerra, David e Montero, Antón (2015). Buscando salidas: la didáctica, el arqueoturismo y las nuevas tecnologías en arqueología. *La Linde*, 4, 36-64.

Moreno, Humberto Baquero (1986). Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *História. Revista da Faculdade de Letras*, 3, 77-89.

Melgarejo, Alberto e López, Ignacio Sariago (2017). Relationship between Tourism and Archaeology: archaeological tourism, an independent tourism typology. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 15 (1), 163-180. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2017.15.010>

Ortea, Javier Fernández (2017). Quantitative analysis of the impact of archaeological tourism in Spain. *Investigaciones Turísticas*, (14), 87-108. DOI:10.14461/INTURI2017.14.05

López, David Ortega e Moreno, Yolanda Collado (2018). Arqueoturismo¿ un fenómeno en auge? Reflexiones acerca del turismo arqueológico en la actualidad en España. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 16 (3), 599-615. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2018.16.044>

Pacifico, David e Vogel, Melissa (2012). Archaeological sites, modern communities, and tourism. *Annals of tourism research*, 39 (3), 1588-1611. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2012.04.002>

Pereiro, Xerardo (2017). Turiperegrinos portugueses no caminho português interior de Santiago de Compostela. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1 (27/28), 413-423. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8515>

Pereiro, Xerardo (Ed.) (2019). *Património cultural jacobeu, turismo e peregrinação: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS)*. La Laguna: PASOS.

Pereiro, Xerardo e Azevedo, Pedro (2021). *Memória Final Científico-Técnica de Resultados: O Património Cultural Imaterial (PCI) Jacobeu no Caminho Português Interior de*

Santiago de Compostela (CPIS). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela e Cátedra do Camiño de Santiago e das Peregrinacións.

Portal do Arqueólogo (2022). Disponível em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>

Radziwiłko, Katarzyna; Kutyló, Łukasz e Kołodziejczyk, Piotr (2020). Archaeological research as a benefit for the local community: Southern Jordan in the preliminary socioarchaeological study. *Studies in Ancient Art and Civilisation*, 24, 205-225.

Richards, Greg (Ed.). (2001). *Cultural attractions and European tourism*. Cabi.

Ross, David; Saxena, Gunjan; Correia, Fernando e Deutz, Pauline (2017). Archaeological tourism: A creative approach. *Annals of Tourism Research*, 67, 37-47. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.08.001>

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) (2022). Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx.

Srivastava, Surabhi (2015). Archaeotourism: An approach to heritage conservation and area development. *Global Journal of Engineering, Science & Social Science Studies*, 1 (2), 31-42.

Thomas, Ben e Langlitz, Meredith (2019). Archaeotourism, archaeological site preservation, and local communities. In D. Comer e A. Willems (Eds.). *Feasible Management of Archaeological Heritage Sites Open to Tourism* (pp. 69-78). Cham: Springer.

Timothy, Dallen e Tahan, Lina (2020). Archaeology and Tourism: Consuming, Managing and Protecting the Human Past. In *Archaeology and Tourism: Touring the Past* (pp. 1-25). Channel View Publications. <https://doi.org/10.21832/9781845417574-003>

Tresserras, Jordi (2004). El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. *Boletín GC: Gestión Cultural*, 9, 2-7.

Tresserras, Jordi (2005). Los Parques Arqueológicos y la apuesta por el desarrollo local y regional apartir del turismo. In: *III Jornada sobre Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico*. Barcelona: Fundación Abertis.

Walker, Cameron (2005). Archaeological tourism: Looking for answers along Mexico's Maya Riviera. *Napa Bulletin*, 23 (1), 60-76. <https://doi.org/10.1525/napa.2005.23.1.60>

Walker, Cameron e Carr, Neil (Eds.) (2013). *Tourism and archaeology: An introduction*. Routledge.